

Exercendo um ofício

Entrevista com o historiador Jaques Revel

Manoel Luiz Lima Salgado Guimarães*

A PRÁTICA DE REALIZAR BALANÇOS HISTORIOGRÁFICOS é uma tradição no campo da disciplina histórica na França. Desde o pioneiro trabalho, coordenado por Charles Samaran e publicado no ano de 1961 com o título *L'Histoire et ses Méthodes* (Samaran, 1961), até a recente coletânea intitulada *Passés Recomposés: champs et chantiers de l'histoire*, do ano de 1995 (Boutier & Julia, 1995), é significativa a bibliografia francesa que se debruça sobre o próprio fazer do ofício de historiador. Tornada em objeto da própria investigação histórica, a disciplina é submetida a um processo crescente de historicização responsável por uma diversificação na compreensão do estatuto do “fazer História”.

Certamente para esta mudança na perspectiva de abordagem do trabalho do historiador, um dos textos seminais foi aquele produzido por Michel de Certeau e que abre um desses balanços e diagnósticos realizado nos anos 1970: *Faire de l'Histoire* (Certeau, 1970). Ali Michel de Certeau apontava os constrangimentos a que estava submetido o processo de conhecimento produzido pelo historiador, abrindo caminho para uma análise histórica da produção deste conhecimento. Apontava ainda uma via possível para o tratamento da historiografia, libertando-a definitivamente de abordagens que faziam confundir a historiografia com o trabalho de grandes inventários e catálogos de autores e obras,

* Professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

como se a mera enumeração e localização temporal destas produções falassem por si. O texto propriamente parecia continuar uma superfície sem arestas e problemas, já que parecia ter a seu favor um real a partir do qual se constituiria e que lhe daria inteligibilidade. O suposto referente de realidade parecia assim garantir ao profissional da História as certezas do seu conhecimento, assim como um descompromisso em relação ao próprio caráter de “fabulação” implícito na produção de seu texto de historiador. Segundo as instigantes sugestões de Roland Barthes para o historiador, “*l’avoir été là des choses est un principe suffisant de la parole*” (Barthes, 1984, p. 185) sendo, portanto, o real concreto condição mais do que suficiente para o dizer em História.

Palavras escritas em 1968, ano emblemático ao qual se reportam muitas das mutações contemporâneas no fazer História. Maio de 68 não foi apenas a revolta dos estudantes nas ruas de Paris, mas um movimento que parecia desafiar a eficácia dos modelos de interpretação disponíveis para a análise histórica. Movimento de dimensões e repercussões universais, parecia desta forma impor ao próprio projeto de uma história nacional, nascida conjuntamente com a invenção das nações modernas do século XIX, e mesmo de uma história escrita “de um ponto de vista universal”, sérias restrições e problemas. Como prosseguir afirmando os valores de uma história nacional, capazes de promover identidade comum, quando a experiência histórica vivida por essa geração apontava no sentido de diferenças fundamentais no interior dessa nação que se pretendia coesa, diferenças estas que buscavam igualmente o seu direito à expressão, afirmação e reconhecimento? (Este fenômeno não se restringiu evidentemente apenas ao caso da França. Nos Estados Unidos o impacto das transformações decorrentes de um aceso maior ao ensino superior para grupos sociais anteriormente mantidos à distância, transformação advinda na esteira dos movimentos de 68, obrigou a uma revisão dos pressupostos acriticamente aceitos e de certa forma naturalizados pelas interpretações da história nacional norte-americana. O caráter político destas mesmas interpretações esteve na ordem do dia dos movimentos de contestação, que buscavam lutar também por um passado capaz de assegurar um lugar no presente. Assim a luta pela História e sua interpretação constituía-se em parte da luta política do presente, pela afirmação de novas identidades.) Como continuar tratando a História universal a partir dos

parâmetros produzidos pela Guerra Fria, que colocava em campos opostos as duas formas então imaginadas como as únicas possíveis de organização política e social, quando o movimento alastrava-se igualmente dos dois lados, pondo em xeque as análises simplistas de uma história social que tinha a oferecer apenas os dados estruturais de ordem sócio-econômica para fazer frente aos desafios da própria experiência histórica vivida?

O mundo de ponta-cabeça ameaçava as inúmeras certezas da disciplina, obrigando-a a repensar seus rumos e a se interrogar acerca de seus propósitos federativos em relação às outras disciplinas no campo das ciências sociais, na feliz expressão de Roger Chartier. É neste clima intelectual que uma importante geração de historiadores iniciará sua formação intelectual e acadêmica na universidade francesa, herdando uma tradição da qual se afirmam devedores, mas pressionados em alguma medida a revê-la, face aos novos desafios do tempo. Seguindo as lições dos mestres que haviam definido desde a década de 1930 as fronteiras do campo e da disciplina, e assumido papel de relevo na produção do conhecimento em História, essa geração sabia que fazer História implicava obrigatoriamente interrogar-se sobre seu próprio tempo, pois sem problemas não há História. Assumir o ofício impunha também rever a tradição num duplo movimento em que a negação de certos pressupostos era ao mesmo tempo a afirmação da herança, a consagração dos pais fundadores.

Assim começa a trajetória intelectual de Jacques Revel, que cumpre todas as etapas indispensáveis à consagração no meio intelectual como historiador: da produção intelectual capaz de afirmar um certo lugar à ocupação de postos institucionais, sua trajetória confirma aquilo que tão apropriadamente Michel de Certeau diagnosticara como próprio da produção do conhecimento do historiador. Sua escrita da História não se desvincula de uma importante dimensão de institucionalidade, que a ancora no mundo histórico das ações e realizações humanas. Sua biografia ilustra ainda um outro aspecto particularmente importante e recorrente na formação da elite intelectual francesa: do estudo em prestigiosos liceus, quer em Paris, quer na província, ao estudo em uma das Escolas Superiores, criação do ensino francês para formar os quadros de elite nos mais diferentes campos de atuação, desde a gestão do Estado à formação de pesquisadores e cientistas nas diferentes

áreas do conhecimento científico. Estas são etapas esperadas de alguém que almeja o reconhecimento e a legitimidade de uma carreira acadêmica na França, signos indispensáveis, ainda que não explicitados, para uma prestigiosa carreira no mundo das letras e das ciências. Como o próprio entrevistado reconhece, nada de extraordinário em sua formação, que não o aproxime desta expectativa. Ela lhe abre um horizonte de expectativas no mundo intelectual francês.

Voltemos ao ponto de partida: a recorrência sistemática de balanços de natureza historiográfica na produção acadêmica francesa, como sinal de uma permanente preocupação com a identidade da disciplina e de seu lugar no quadro das ciências humanas e sociais na França. Ajuste de contas com o passado da disciplina, que se por um lado coloca-a constante e periodicamente sob o crivo da crítica, por outro constitui um poderoso elemento de construção de tradição, indispensável para a afirmação da disciplina não apenas entre seus pares de outros campos de produção de conhecimento, como também para assegurar seu papel político na sociedade mais ampla.

Reflexo talvez de um espaço privilegiado ocupado na cultura letrada francesa pelos estudos históricos. Resultado também de uma sociedade que confere à História, particularmente à história nacional, um dos lugares centrais para a produção coletiva de identidade, resultando em fenômenos curiosos, especialmente para nós brasileiros, como o lugar central reservado no panteão dos heróis nacionais franceses a duas figuras da história nacional de distintos períodos: o general De Gaulle, representação maior da França contemporânea e ocupando a primeira posição na memória dos franceses há pelos menos duas décadas, seguido por Napoleão, artífice da Nação moderna pós-revolucionária, que ocupava até a sondagem de opinião de 1980 o primeiro lugar. Em terceiro lugar, a enquête realizada pela revista de divulgação *Histoire* apontava Luiz XIV, fazendo recuar no tempo as figuras representativas e ao mesmo tempo encarnação deste laço nacional, todas elas tendo, coincidentemente, ocupado a chefia do Estado francês (a respeito da pesquisa de opinião realizada pela revista *Histoire*, ver especialmente Joutard & Lecuir, 2000). O ser francês comporta assim uma dose significativa de identificação com sua História e seus personagens, sobretudo aqueles com destacado papel político. É ainda nela que se buscam as imagens capazes de dar sustentação ao personagem central

– a Nação e o povo franceses –, cuja invenção foi em grande parte obra da geração de historiadores-políticos da década de 30 do século XIX, tão bem representada pelas figuras de Guizot e Michelet.

Segundo ainda os resultados da mesma pesquisa divulgada pela Revista *Histoire*, a escola e o ensino da História aí praticado permanecem sendo um elemento essencial para a transmissão da memória histórica. Para 46% dos entrevistados, foi na escola ou no liceu secundário que mais puderam aprender sobre a história da França; 38% afirmaram ter sido este aprendizado viabilizado por livros ou revistas de História. A profissão de historiador reveste-se, neste quadro, de uma significação especial, cuja formação coincide com a de uma elite intelectual que conhece trajetórias semelhantes, particularmente se considerarmos o quadro deste recrutamento e formação depois da Segunda Guerra (consultar a respeito o importante balanço realizado sob a direção de Bédarrida, 1995). Ainda que contemporaneamente se tente separar o trabalho da memória do trabalho da História, como procura fazê-lo por exemplo Pierre Nora em seu *Les lieux de mémoire* (1984), as intrincadas relações entre ambas são importantes demais para serem esquecidas, como aliás salienta o próprio Jacques Revel em sua entrevista. Ainda que não sejamos mais os mestres da mnemotecnica, a memória continua presente em nosso cotidiano profissional, sendo lembrar e esquecer partes constitutivas de nosso ofício e de nossa escrita.

Assim, um sistemático esforço de balanços historiográficos torna-se compreensível a partir de um quadro próprio ao campo intelectual francês, onde a História continua ocupando posição de destaque. Sintoma também daquilo que já em meados da década de 1880 Pierre Nora diagnosticara como a confluência de duas atitudes perceptíveis na disciplina histórica: uma preocupação crescente de natureza epistemológica em relação à produção do conhecimento em História acompanhada por uma atitude historiográfica comprometida em pensar a disciplina na própria História.

Como entender a entrevista de um historiador consagrado, atualmente dirigindo uma das instituições de ponta no cenário da produção internacional, e que ademais representa aquela historiografia que veio a se constituir em referência para o trabalho e pesquisa histórica em nosso país? Pensá-la como um esforço de natureza historiográfica, que tenta historicizar a produção do conhecimento histórico, no caso a de

um determinado historiador, pode e deve enriquecer ao mesmo tempo em que torna complexa a compreensão da produção do conhecimento em nossa área de atuação específica. Pela entrevista, o historiador articula uma fala distinta daquela presente em seus escritos, em decorrência da própria especificidade do texto que produz a partir de sua biografia intelectual. Aqui a memória recorta eventos e situações do passado, organizando-os a partir de um presente. Aqui, seu personagem principal não é seu tema de pesquisa, cuja apresentação deve obedecer a constrangimentos próprios da realização do trabalho acadêmico e científico, é sua própria trajetória de pensador e intelectual que pode vir à luz, quando antes estivera confinada ao lugar secundário das entrelinhas. Neste sentido, o interesse de ordem propriamente historiográfica de uma entrevista explica-se por uma alteração das regras e convenções no campo da produção do conhecimento em História.

A tão propalada crise da História – melhor seria caracterizá-la como a crise de uma consciência histórica que norteou nossa concepção moderna de História a partir do século XVIII – tem colocado os historiadores de ofício diante de inúmeros e importantes desafios: a dimensão da linguagem como constitutiva de um conhecimento sobre o passado, o lugar do indivíduo e seu papel na História obrigando a uma nova tematização da biografia como gênero, a redefinição do fato histórico e finalmente o reconhecimento como legítimo da participação ativa do historiador na reconstrução e/ou invenção do passado. Assim, o interesse pela entrevista, pela fala do historiador afirmando seu lugar de produção de conhecimento, partilha um momento da própria história da disciplina, em que se afirmam “os direitos do *eu* no discurso histórico e as tentações da *ego-história*” (Chartier, 1998, p. 10). De gênero violentamente condenado pelas suas ligações com a história política do século XIX, a biografia pode reaparecer no cenário da produção historiográfica a partir dos anos 80 do século XX, sem carregar consigo o temor de que a vida individual explica os fenômenos históricos, mas também sem a ingenuidade de que as vidas se explicam apenas pelos grandes processos da história. Assim também em nosso ofício. As muitas formas de exercê-lo significam também as múltiplas possibilidades de escrita do passado humano, tornando esta experiência de fundamental importância para nós, não pelos exemplos e pelas lições que nos possa fornecer, mas pelo alargamento dos horizontes

que nos ajudem a melhor pensar e inventar o humano recriando cotidianamente o mundo.

Mas escutemos o entrevistado, razão destas linhas introdutórias, e desfrutemos com ele a aventura de uma experiência do exercício do ofício de historiador.

Manoel Guimarães: Gostaria que o senhor traçasse seu próprio perfil intelectual, demarcando os momentos significativos, assim como as principais influências que marcaram sua formação.

Jacques Revel: Minha formação intelectual e acadêmica são absolutamente tradicionais, características dos bons alunos que o sistema de ensino francês é capaz de produzir, portanto ela nada tem de original ou peculiar. Fiz meus estudos num liceu de província e como de hábito, os bons alunos destes liceus vão para Paris. Quando a formação foi realizada em liceus literários, é normal a preparação para o ingresso na Escola Normal Superior. Mas esta é uma história absolutamente tradicional da formação das elites intelectuais francesas, sem nada de original. Hesitei muito entre a Filosofia e a História e acabei por decidir-me pela História, mais como uma forma de reação do que propriamente por convicção. Eu explico: era estudante quando do auge do estruturalismo, com o qual não me sentia nada satisfeito, sobretudo pelos seus traços anti-históricos. Daí a opção ter sido mais por reação do que por convicção.

Quando estudante da Escola Normal Superior na segunda metade dos anos sessenta, travei contato com Althusser, que era professor de filosofia na Escola àquela altura. Era uma época dominada por figuras como Lévy-Strauss, Althusser, Lacan, Barthes e Foucault evidentemente, além de alguns outros. Fazer História naquela conjuntura era uma espécie de reação contra a nova ortodoxia, procurando mostrar que as estruturas não eram as únicas a fazer o mundo agir, havendo além delas os atores, os processos, o que hoje nos é familiar na pesquisa histórica, mas que àquela época não o era, e que ocupavam uma posição marginal e periférica frente à hegemonia do estruturalismo. Concluída minha formação na Escola Normal Superior, parti para a Escola Francesa de Roma, uma instituição de pós-graduação, com o objetivo de fazer história italiana, particularmente a história econômica e a história

social. Contudo, no meio do caminho mudei de idéia e passei a dedicar-me aos estudos e problemas ligados à história sócio-cultural, como aliás muitos de minha geração. Esta mudança decorreu em parte de uma insatisfação com os métodos empregados pela análise social clássica, especialmente na versão representada por Braudel. Coincidentemente à época (começos de 1975) me foi confiada a direção da Revista dos *Annales*, pouco tempo após minha chegada de Roma. Foi uma oportunidade excelente, pois via aí a possibilidade de propor inovações, de exprimir de alguma forma aquela insatisfação, partilhada por outros historiadores como Roger Chartier, Jean-Claude Schmidt, François Hartog, um pouco mais jovem que nós. Nós pensávamos poder propor alternativas para a pesquisa. Em seguida comeci minha carreira propriamente, em primeiro lugar no CNRS (Centro Nacional da Pesquisa Científica) durante alguns anos e a partir de 1978 na Escola de Altos Estudos, que é um lugar maravilhoso.

MG: Em seu livro publicado em Portugal intitulado *A invenção da sociedade*, o senhor dedica um capítulo à Escola dos *Annales*, falando mesmo de um paradigma para caracterizar a produção dos *Annales*. Como o senhor avaliaria a marca deste paradigma em sua própria produção intelectual e qual o lugar hoje desta tradição na historiografia francesa?

JR: Bem a Escola dos *Annales* não é propriamente uma escola, mas ao mesmo tempo sei que há traços reconhecíveis em sua produção, que aliás tem se transformado ao longo do tempo, renovando sua agenda. Partilho sua tradição sobretudo no que diz respeito ao reconhecimento da História como uma ciência social que tem a ver fundamentalmente com as ciências sociais. Afinal de contas não se deve ser ingrato. A segunda e terceira geração dos *Annales* foi a de meus professores, daqueles que muito nos ensinaram, sobretudo quanto à maneira de fazer História. Uma geração de grandes historiadores como Duby e Braudel. Portanto eu não renego nada desta minha formação, penso ter sido uma grande aventura intelectual.

Por outro lado os *Annales* renovaram-se inúmeras vezes e por ocasião do cinquentenário da Revista, em 1979, escrevi um artigo intitulado “Os paradigmas dos *Annales*” justamente para mostrar que não havia um paradigma, o que não significa admitir uma falta de coerência. Diria que se trata de algo mais plástico, preocupada sempre em

pensar as relações entre História e Ciências Sociais. Bem, acredito que minha geração fez outras propostas, a geração que virá certamente terá novas proposições a fazer. Minha geração foi a um só tempo contemporânea e crítica do pensamento estruturalista, e o que propúnhamos não era um fenômeno exclusivamente francês, ainda que tenha tomado aspectos particulares no caso da França. Tratava-se para nós de enfatizar que, lá onde Althusser afirmava a História sendo feita sem sujeitos, para nós uma História com sujeitos, ainda que em certos momentos não pudessem ter plena consciência de seus atos. Tomávamos em consideração a dimensão da ação social. Não quero com isso fazer dos atores sociais uma espécie de soberanos dos processos históricos, mas penso ser absurdo tratar os processos históricos sem a parte que cabe aos protagonistas, o que acabou por acontecer em muitas formas de tratamento da História.

A partir de uma base comum cada um de nós escolheu caminhos particulares; Chartier trabalhou especialmente com os fenômenos de apropriação e de transmissão cultural; Jean-Claude Schmidt escolheu trabalhar sobretudo com as construções simbólicas; Nora elaborou a temática dos lugares de memória. A mim interessou principalmente o estudo da constituição das entidades sociais. A passagem pela micro-história significou para mim a possibilidade de refletir sobre os processos de agregação social no momento da ação.

MG: Sua conferência no Congresso intitula-se: “História *versus* Memória na França contemporânea”. Como o senhor avaliaria o lugar da disciplina hoje no cenário intelectual e acadêmico francês? Qual o papel desempenhado hoje pelo historiador na França?

JR: Esta é certamente uma questão bastante ampla e também delicada, uma vez que existe na França, pelo menos desde o *Affaire Dreyfus*, a categoria absolutamente francesa do intelectual. Tomemos o caso dos Estados Unidos: um historiador neste país é um professor que publica livros. Não existem propriamente intelectuais nos Estados Unidos, há sim grandes escritores, grandes homens de cultura, mas a idéia de que eles possam ter uma responsabilidade política, por exemplo, é totalmente alheia à auto-representação da sociedade americana. Na França ocorre justo o contrário, e até de forma um pouco excessiva eu diria, uma vez que todo especialista na França se arvora a falar de questões universais, o que pode ser bastante perigoso. Eu gostaria de evitar este perigo.

Bem, os historiadores têm, em todos os países, um papel na construção e legitimação da Nação. É um fato para países mais antigos como a França e para países mais recentes como o Brasil. No começo os historiadores estavam encarregados de dar forma a uma memória, que poderia ser ritual, oral, dando-lhe certificado de ciência. Poderíamos dizer que, pelo menos a partir do século XIX, os historiadores transformaram a memória em história, como fizeram Ranke para o caso da Alemanha, Michelet, Quinet, Taine e tantos outros para o caso da França. Praticamente em todos os países do mundo tratava-se de fabricar algo que pudesse ser ao mesmo tempo útil para a coletividade e perfeitamente de acordo com os critérios de neutralidade e objetividade do trabalho científico. Este era o sonho da corporação dos historiadores de ofício. De alguma maneira isto funcionou, aliás um pouco para além do que deveria. Chega então um momento quando isto não mais funcionou, e não funcionou por diversas razões. A História, que havia sido até a década de 1930, principalmente na França, uma pedagogia da Nação, transforma-se numa pedagogia do social, o que é algo de bastante diferente. Isto significa dizer que os alunos das escolas e liceus franceses passaram a aprender menos a biografia da França e mais sobre o que seria uma classe social, uma crise ou um conflito religioso. Uma segunda razão para a mudança estava no fato de que o que chamaríamos uma História da França não tinha mais a mesma eficácia, perdera a sua força e a sua evidência em função de novas demandas da sociedade. E o que demanda a sociedade? Uma série de coisas. Em primeiro lugar a sociedade transformou-se ela mesma, tendo se tornado multicultural. Esta não é uma palavra que aprecie especialmente, porque acho que não explica muito. Em suma o que quero dizer é que entre os anos 1900-1950, os franceses podiam falar em suas colônias na África ou na Indochina a respeito dos gauleses como ancestrais comuns. Isto se tornou impossível na França e mesmo se pensarmos no caso da periferia de Paris. Isto porque ninguém mais acredita, também porque a sociedade francesa é hoje constituída por cerca de quatro milhões de magrebinos muçulmanos, de um a um milhão e meio de turcos, africanos e portugueses. Isto não é, entretanto, uma novidade: no fim do século XIX a França conheceu um forte movimento migratório de populações vindas da Espanha, Itália e da Polônia. Este movimento parecia incomodar muito pouco uma vez que havia um modelo

distinto, de forte integração cultural. Este modelo era o da cidadania francesa inventada pela Revolução Francesa. E o que dizia este modelo? Ele propunha um esquecimento do passado destas populações em troca de uma integração como franceses de forma integral. Não havia lugar, segundo este modelo, para se pensar nos termos de “*afro-american*” ou “*jewish-american*”. Na França era-se polonês, israelita (não se usava o termo judeu) no espaço privado, publicamente era-se francês. Com isto operava-se uma eliminação de todas as marcas de origem em nome de um modelo universal de cidadania. Hoje isto acabou, não funciona mais e o que vemos é menos uma valorização dos particularismos e mais uma valorização de sentimentos identitários. As pessoas hoje querem ser identificadas como judeu e francês, francês e magrebindo, francês e africano, etc. Mesmo para o caso da sociedade francesa tradicional assiste-se a uma reivindicação de pertencimento a diferentes formas de identidade, que não apenas aquela representada pelo centro. Estas identidades podem ser regionais, de gênero, sociais, etc. Esta multiplicação de lugares de identidade trouxe consigo uma enorme onda de memória. E isto é novo: assistimos há pelo menos 20 ou 25 anos a uma erupção de memória, que em certa medida é uma memória contra a História, uma memória identitária particularista, que num certo sentido coloca uma série de problemas. Ela existe, não é nem boa nem ruim. A questão é de sabermos que História podemos fazer com ela. O que é certo, é que os modos canônicos de fazer a História da França, modos por sinal bastante antigos, acabaram provisoriamente.

MG: As histórias nacionais desempenharam um papel relevante a partir do século XIX. Como o senhor vê esta tradição historiográfica num momento em que a França, assim como outros países europeus, engajaram-se num processo de “unificação”?

JR: Este é um problema um tanto assimétrico. A Comunidade Européia é há algum tempo uma realidade econômica bastante forte. É uma realidade política bastante elementar com uma geometria muito variável: muito forte entre a França e a Alemanha e muito fraca entre a França e a Inglaterra. E é uma realidade cultural hipotética uma vez que não se sabe exatamente do que se fala quando se diz Europa; seria ela confundida com um espaço da cristandade medieval, que na verdade nunca chegou realmente a existir? Foi em verdade uma invenção *a posteriori*. Estaríamos falando de uma Europa demarcada por fronteiras

geográficas, e no caso a Rússia estaria ou não contida nesta Europa? São questões difíceis de responder. Há muito pouca história da Europa que seja suficiente ou mesmo interessante. Por enquanto os franceses ainda não têm a escolha entre uma história nacional, uma história particular e uma história européia. Eles sabem que um dia serão inscritos numa história européia, mas isto ainda não começou e ainda não dispomos de recursos conceituais para o seu tratamento. Em contrapartida, os franceses têm contas a acertar para o entendimento de seus enraizamentos pessoais, familiares, sociais, sócio-profissionais e seu pertencimento a esta entidade crítica que se tornou a França.

MG: O senhor dirige uma das mais prestigiosas instituições de pesquisa no campo das ciências humanas na França. Como o senhor vê o seu trabalho à frente da Escola de Altos Estudos? Como o senhor avaliaria o papel desta instituição no cenário acadêmico francês?

JR: A Escola de Altos Estudos é uma instituição absolutamente particular no cenário acadêmico francês, bastante diversa. Apesar de sua reputação, trata-se de uma instituição relativamente pequena: são 2.700 alunos, dos quais a metade é constituída por estrangeiros – o que vem a ser uma sorte, mas o que não é absolutamente comum para o conjunto das instituições francesas –, 250 professores e mestres de conferência. Como é sabido trata-se de uma instituição que combina a pesquisa à formação de pesquisadores, segundo uma lógica de formação que é a da própria pesquisa.

Ao presidente da Escola cabe uma tarefa que em parte é de ordem administrativa, que não é muito pesada uma vez que existe um corpo administrativo encarregado de sua execução. O papel do presidente é em primeiro lugar o de formulador de uma política científica, discutida com seus colegas das diferentes áreas de conhecimento. Embora numerosas disciplinas estejam reunidas na Escola de Altos Estudos, a instituição é pensada como não disciplinar. O que significa dizer que não há comissão de especialistas dos diferentes campos do saber; as decisões são tomadas em conjunto, o que considero positivo, ainda que tendo que considerar lógicas distintas de trabalho, expectativas diversas e também diferentes sensibilidades, que podem ser muito diferentes. Em suma cabe ao presidente da Escola, juntamente com a equipe que o assessora diretamente e com o Conselho Científico, apresentar proposições a partir tanto do que ele escuta como a partir do que

ele pensa. Por exemplo, venho me dedicando nos últimos anos ao estudo da história das ciências sociais e das relações entre a História e as ciências sociais e penso poder juntamente com meus colegas integrar estas preocupações ao trabalho da Escola.

MG: Há dois anos foi publicada a tradução do livro *Jeux d'échelles*, organizado pelo senhor e com uma introdução de sua autoria. Qual a importância da micro-história para a pesquisa histórica contemporânea? Edoardo Grendi, em seu texto, no livro, fala da micro-história como uma possível via italiana para uma história social mais elaborada. O senhor concordaria com esta visão?

JR: Não quero desde logo superestimar a importância da micro-história. O fato de ter vivido na Itália e também razões de ordem geracional, intelectual e de amizade acabaram por me ligar a uma série de historiadores italianos que viriam a ser conhecidos como os historiadores da micro-história: Ginzburg, que conheci muito antes de ter ido viver na Itália, Giovanni Levi, Edoardo Grendi e alguns outros. Eu acompanhava o que estavam fazendo, e via muito sentido no trabalho que desenvolviam para as próprias interrogações que tinham a respeito da forma de História que fazíamos na França, a partir da tradição dos *Annales*. Acredito, portanto, e escrevi sobre isso, que a micro-história funcionava como uma interrogação à história social. Para mim funcionou assim, o que não significa dizer que possa esta perspectiva ser generalizada. Para mim o mérito da micro-história foi o de ter nos obrigado a refletir sobre o trabalho que vínhamos fazendo quase de maneira normal sem nos colocarmos questões. Espero que possa ter funcionado desta maneira também para outros. O livro ao qual o senhor faz referência, “Jogos de Escala”, possui uma função que eu diria propositiva, mas também uma função de estimular uma crítica às formas de se fazer a história social. Não desejo de maneira nenhuma que todos se tornem historiadores da micro-história, primeiro porque o que considero de mais interessante na micro-história é a variação de escalas proposta. Desta forma estou de acordo que se faça também uma macro e uma meso-história, de maneira a que se possa *complexificar* e não simplificar a compreensão da sociedade. Por isto, sim à micro-história, mas não somente ela.

Quanto à questão de se a micro-história seria uma história social à maneira italiana, penso que ela seria uma via italiana da história social

por negação. No final dos anos 1970, Carlo Ginzburg e Carlo Poni publicaram um artigo, que traduzi quase imediatamente para o francês, para a revista *Débat*, que se intitulava “O nome e o como”. Os dois autores argumentavam que o mercado historiográfico é bastante desigual: a França possui instituições de pesquisa como o Centro Nacional de Pesquisa Científica e a Escola de Altos Estudos, que viabilizam a pesquisa coletiva – e na verdade a história social à maneira francesa nasceu desta estrutura de pesquisa assim como dos projetos científicos. Na Itália inexistia esta estrutura e portanto era preciso buscar uma via em que um historiador sozinho pudesse fazer a história social. O nascimento da micro-história estava, assim, portanto marcado por estes constrangimentos – não quero com isso dizer que ela era só isso, mas certamente ela era também isso. É preciso também que se diga que há várias formas de se fazer a micro-história: eu particularmente sinto-me mais próximo daquela feita por Giovanni Levi e Edoardo Grendi. O trabalho de Ginzburg filia-se a uma tradição ligada a Cantimori com uma forte repercussão nos Estados Unidos e no mundo anglo-saxão. Edoardo Grendi e os historiadores da micro-história propuseram uma maneira italiana de fazer a história social que não tinha direito de cidadania e legitimidade na Itália. Eles conseguiram, ainda que ela seja minoritária no cenário intelectual italiano; são aproximadamente cinquenta historiadores que se dedicam a esta forma de fazer História. A reputação que conseguiram decorre principalmente do impacto que tiveram no exterior e a historiografia italiana dominante nada tem a ver com a micro-história.

Referências bibliográficas

- BARTHES, Roland. L'effet de réel. In: *Le bruissement de la langue. Essais critiques IV*. Paris, Éditions du Seuil, 1984.
- BÉDARRIDA, François. *L'Histoire et le métier d'historien en France: 1945-1995*. Paris, Éditions de la Maison des Sciences de l'Homme, 1995.
- BOUTIER, Jean & JULIA, Dominique. *Passés recomposés. Champs et chantiers de l'Histoire*. Paris, Éditions Autrement, 1995.
- CERTEAU, Michel de. A operação histórica. In: LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre. *História: novos problemas*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1976. p. 17-48.

- CHARTIER, Roger. *Au bord de la falaise. L'histoire entre certitudes et inquiétudes*. Paris, Albin Michel, 1998.
- JOUTARD, Philippe & LECUIR, Jean. "Le palmarès de la mémoire nationale". In: *Histoire*. Paris, (242): 32-39. Avril 2000.
- NORA, Pierre (Org.). *Les lieux de mémoire*. Tome I: *La République*. Paris, Gallimard, 1984.
- SAMARAN, Charles. (Org.) *L'Histoire et ses méthodes. Recherche, conservation et critique des témoignages*. Paris, Gallimard, 1961. (Encyclopédie de la Pléiade).